

INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E SUAS REPERCUSSÕES NA SAÚDE DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA¹

WORK INTENSIFICATION IN TEACHING AND ITS EFFECTS ON THE HEALTH OF BASIC EDUCATION TEACHERS

INTENSIFICACIÓN DEL TRABAJO DOCENTE Y SUS EFECTOS EN LA SALUD DEL PROFESORADO DE LA EDUCACIÓN BÁSICA

Rafael Alves Jeremias²

Daniel Santos Braga³

RESUMO

Este estudo analisa a intensificação do trabalho docente e suas repercussões na saúde de professores da educação básica em Minas Gerais. Partindo do debate sobre qualidade educacional e valorização do magistério, tem-se como pressuposto que as condições precárias de trabalho, sobrecarga, mecanismos de controle e desvalorização contribuem para o adoecimento docente. A pesquisa, à luz das teorias críticas do trabalho, utiliza dados da Relação Anual de Informações Sociais (2012–2021) para examinar afastamentos e desligamentos por doenças relacionadas ao trabalho, comparando docentes e demais trabalhadores. Os resultados indicam proporções significativamente maiores de afastamentos, reincidência e aposentadoria por invalidez entre professores. Observa-se também tendência crescente da média de dias de afastamento e possível impacto da pandemia na redução temporária desses indicadores. Os achados sugerem que o contexto laboral docente reúne fatores patogênicos que podem afetar a saúde física e mental, reforçando a necessidade de políticas de valorização e condições adequadas de trabalho.

Palavras-chave: nova gestão pública; accountability; adoecimento docente; condições de trabalho.

ABSTRACT

This study examines the intensification of teaching work and its effects on the health of basic education teachers in Minas Gerais, Brazil. Drawing on debates about educational quality and teacher valuation, it discusses how precarious working conditions, excessive workload, control mechanisms, and devaluation contribute to teacher illness. Considering critical labor theories, the research uses RAIS data (2012–2021) to analyze sick leave and dismissals due to work-related illnesses, comparing teachers and other workers. Partial results indicate significantly higher proportions of sick leave, recurrence, and disability retirement among teachers. A growing trend in the average number of days on leave is observed, as well as a possible impact of the pandemic in temporarily reducing these indicators. The findings suggest that the teaching work environment encompasses pathogenic factors that affect physical and mental health, reinforcing the need for policies that promote professional recognition and adequate working conditions.

Keywords: new public management. accountability. teacher illness. working conditions.

RESUMEN

Este estudio analiza la intensificación del trabajo docente y sus efectos en la salud de los profesores de la educación básica en Minas Gerais, Brasil. A partir del debate sobre la calidad educativa y la valorización del magisterio, se discute cómo las condiciones laborales precarias, la sobrecarga, los mecanismos de control y la desvalorización contribuyen al deterioro de la salud docente. A la luz de las teorías críticas del trabajo, la investigación utiliza datos de la RAIS (2012–2021) para examinar licencias y desvinculaciones por enfermedades relacionadas con el trabajo, comparando docentes y otros trabajadores. Los resultados parciales indican proporciones significativamente mayores de licencias, reincidencia y jubilación por invalidez entre los profesores. También se observa una tendencia creciente en el promedio de días de alejamiento y un posible impacto de la pandemia en la reducción temporal de estos indicadores. Los hallazgos sugieren que el entorno laboral docente reúne factores patogénicos que afectan la salud física y mental, reforzando la necesidad de políticas que promuevan el reconocimiento profesional y condiciones adecuadas de trabajo.

Palabras clave: nueva gestión pública. accountability. enfermedad docente. condiciones de trabajo.

¹ A pesquisa contou com financiamento da CAPES.

² Universidade do Estado de Minas Gerais– UFMG – Belo Horizonte– Minas Gerais – Brasil – <https://orcid.org/0009-0005-1610-0609> – rafael.jeremias@educacao.mg.gov.br

³ Universidade Federal de Minas Gerais– UFMG – Montes Claros– Minas Gerais – Brasil – <https://orcid.org/0000-0001-5075-4570> – daniels.braga@hotmail.com

Editor de seção: Gilvan Costa

■ <https://doi.org/10.17058/rea.34.21007>

Reflexão e Ação. Santa Cruz do Sul, v. 34, p. e21007. 2026.

ISSN: 1982-9949



INTRODUÇÃO

A qualidade da educação tem sido pauta constante na agenda pública, tanto governamental quanto social. De um lado, é associada aos resultados de avaliações padronizadas (Oliveira; Araújo, 2005); de outro, vem ganhando força um conceito de qualidade socialmente referenciada, presente nas reivindicações sindicais, nas discussões acadêmicas e nos discursos das administrações públicas (Gouveia, 2024).

Nessa concepção, a valorização do magistério é condição *sine qua non* para a qualidade educacional, embora não suficiente por si só, abrangendo dimensões objetivas (carreira, formação, remuneração, tempo de planejamento, regime de trabalho) e subjetivas (reconhecimento social, autorrealização e dignidade profissional) (Leher, 2010). Contudo, estudos e percepções sociais revelam múltiplas precariedades no trabalho docente, como violência, indisciplina, baixos salários, desvalorização, intensificação, sobrecarga e vínculos instáveis (Braga; Araújo; Oliveira, 2024; Reimberg *et al.*, 2022), afetando diferentes aspectos da vida de professores e de sua prática pedagógica.

Este estudo aborda um desses aspectos: a saúde de docentes da educação básica, com foco na Rede Estadual de Educação de Minas Gerais. Realiza-se um estudo de caso que analisa a evolução dos indicadores de adoecimento docente na rede estadual mineira no período de consolidação de políticas gerencialistas. Parte-se do pressuposto de que políticas baseadas em metas e resultados, inspiradas nas lógicas de mercado e na responsabilização (*accountability*), intensificam o trabalho e ampliam o adoecimento.

A escolha de Minas Gerais se justifica pelo pioneirismo na adoção de princípios da Nova Gestão Pública (NGP) a partir do governo Aécio Neves (Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB, 2003-2010), cujo “choque de gestão” visava racionalizar gastos, avaliar resultados e garantir transparência (Duarte, 2019). Nesse contexto, destacam-se medidas como auditorias, substituição de cargos comissionados por funções gratificadas e criação do Programa de Modernização da Gestão. No segundo mandato, o modelo evoluiu para o “Estado para Resultados”, institucionalizado pela Lei nº 17.600/2008, que previu Acordo de Resultados e Prêmio por Produtividade.

O governo subsequente, de Antonio Anastasia (PSDB, 2010), manteve as diretrizes gerencialistas, reforçando a retórica de participação social e eficiência fiscal. O diagnóstico

afirmava ser necessário aumentar a produtividade do gasto público para melhorar serviços e reduzir despesas, baseando-se em princípios de competição e mercado (Minas Gerais, 2011).

Entretanto, greves e mobilizações da categoria (Oliveira, 2016) expuseram contradições entre o discurso oficial e a realidade docente. As reivindicações por valorização vinham acompanhadas de críticas à intensificação do trabalho derivada das políticas de resultados. Segundo Augusto (2013), essas metas não contaram com a participação dos professores e ignoraram desigualdades entre escolas e perfis de alunos, vinculando a progressão e prêmios docentes aos resultados de avaliações externas.

Dessa forma, a implementação de políticas fundamentadas na lógica de mercado fez com que as comunidades escolares locais passassem a ser culpabilizadas pelos resultados educacionais, de forma descontextualizada. Dito de outro modo, se impôs em Minas Gerais “um modelo que coloca sobre os ombros das escolas e professores a responsabilidade pelo sucesso ou o fracasso dos alunos, como se o desempenho acadêmico do aluno dependesse exclusivamente da ação pedagógica do professor” (Augusto, 2013, p. 1281). Consequentemente, ao assumir para si – quase que exclusivamente – a tarefa da melhoria da performance nos testes, o corpo docente passou a se ver cada vez mais dedicado ao cumprimento das metas estabelecidas, preenchimento de um número cada vez maior de documentos e formulários, treinamentos, avaliações externas de todo tipo, pressão das famílias (inclusive com afixação na porta das escolas, em locais de fácil acesso e visibilidade, placas com os resultados) entre outras coisas. Nesse contexto, não sem razão, se instaurou entre o professorado um mal-estar profissional e uma epidemia de adoecimentos, seja de ordem física, sejam os psíquicos, causados por estresse crônico, ansiedade, depressão e Síndrome de Burnout (Santos; Jorge; Aguiar, 2025).

Com base na teoria do desgaste mental (Seligmann-Silva, 2011) e na perspectiva crítica do trabalho (Enguita, 1989), este artigo analisa se no período de consolidação da NGP em Minas Gerais, houve aumento do adoecimento docente⁴. O texto estrutura-se em três seções: a primeira discute as transformações impostas pelas políticas gerencialistas e suas implicações na intensificação e responsabilização do trabalho; a segunda detalha os procedimentos metodológicos; e a terceira apresenta e discute os resultados. Por fim, as considerações finais

⁴ Pela natureza dos dados e da investigação, não se busca estabelecer aqui uma relação de causalidade entre a intensificação do trabalho docente e o aumento do seu adoecimento. Tão somente, investiga-se se a evolução dos indicadores de adoecimento e afastamento docente no período de consolidação dessas políticas, verificando se os padrões observados são compatíveis com a hipótese de intensificação do trabalho como fator de adoecimento.

retomam esta introdução, destacando as contribuições, limites e sugestões para pesquisas futuras.

MODIFICAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Após três décadas de crescimento, os Estados de Bem-Estar Social, consolidados após a Segunda Guerra Mundial, enfrentaram uma crise marcada por estagnação econômica, inflação elevada decorrente dos choques do petróleo (1973 e 1979) e transformações no mercado de trabalho (Žižek, 2015). O modelo keynesiano, base da expansão entre 1945 e 1975, mostrou-se limitado diante do estagflação, pois seus instrumentos, especialmente o estímulo estatal à demanda, pareciam não promover mais resultados eficazes (Harvey, 2012). Além disso, o custo crescente dos sistemas de proteção social pressionou orçamentos e alimentou críticas à intervenção estatal (Pochmann, 2004).

Nesse cenário, o neoliberalismo emergiu como alternativa, defendendo a redução do papel do Estado, privatizações e austeridade fiscal, com o mercado como motor do crescimento (Haddad, 2008). O colapso dos regimes socialistas reforçou essa orientação e alimentou a percepção de que a via liberal seria a única capaz de enfrentar a crise. Assim, os anos 1980 marcaram a retração do *Welfare State* e a ascensão definitiva das políticas neoliberais como solução hegemônica aos desequilíbrios estruturais (Peroni, 2003).

Inspirados pelas reformas dos países anglo-saxões, diversos governos passaram a propor transformações no aparato estatal, substituindo o paradigma burocrático por um modelo gerencial, denominado Nova Gestão Pública (NGP) (Cavalcante, 2017). Com base nos princípios de eficiência, eficácia e competitividade, esse modelo transferiu para o setor público práticas de gestão típicas da iniciativa privada. A NGP, com variações conforme o contexto, estruturou-se em torno de eixos centrais: separação entre formulação e execução das políticas públicas, maior autonomia gerencial, controle por desempenho, orçamento baseado em resultados e terceirização de atividades intermediárias.

No Brasil, a NGP chegou no final do século XX e consolidou-se no governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, conduzido por Bresser-Pereira. Esse plano objetivava modernizar a administração pública, reduzir o tamanho do Estado, descentralizar a gestão e fortalecer a eficiência e a transparência (Guimarães; Borde; Bernardo, 2020). Mesmo com os governos de orientação democrático-popular de Luís Inácio Lula da Silva (2003–2010) e Dilma Rousseff (2011–2016), ambos do

Partido dos Trabalhadores (PT), o modelo gerencialista manteve-se como referência predominante na estrutura estatal, influenciando também as administrações subnacionais (Haddad, 2008).

A Nova Gestão Pública e a Educação

A NGP representa a face concreta de um processo de remodelamento do Estado, impulsionado pela incorporação de princípios e práticas da administração privada ao setor público e pela difusão global do neoliberalismo (Oliveira, 2015). No campo educacional, sua entrada na década de 1990 promoveu a redefinição de conceitos como qualidade, eficiência e responsabilização, tornando o planejamento estratégico o eixo central das políticas educacionais brasileiras (Souza; Cabral Neto, 2017).

A ênfase na *accountability* – prestação de contas e responsabilização –, associada a avaliações externas e indicadores públicos de desempenho, gerou mecanismos de controle e indução de resultados, materializados em políticas como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o “Compromisso Todos pela Educação” (Silva, 2016). Tais práticas moldaram uma nova cultura de gestão sustentada por metas, meritocracia e premiações, deslocando o foco pedagógico para resultados mensuráveis e alinhamento aos referenciais nacionais.

Essa racionalidade gerencial, voltada à eficiência e à tomada de decisões estratégicas, redefine a governança educacional e condiciona o acesso a recursos estatais (Souza; Cabral Neto, 2017). Contudo, pesquisas apontam o risco da homogeneização dos modelos de gestão e da sobreposição da cultura organizacional de mercado às dinâmicas educacionais (Harvey, 2012). A “utopia gerencial”, segundo Jonas (2006), legitima práticas de controle e padronização que desconsideram as contradições socioculturais do campo educacional. Nesse contexto, a responsabilização assume lugar central, transformando a escola em engrenagem de execução e controle de metas (Souza; Cabral Neto, 2017).

A suposta descentralização da gestão, apresentada como avanço, frequentemente se traduz em desconcentração de tarefas, mantendo o poder decisório centralizado e atribuindo às escolas responsabilidades sem o devido suporte estrutural (Oliveira, 2015). O planejamento estratégico, centrado em objetivos e meritocracia, não é suficiente para enfrentar desigualdades históricas nem garantir o direito à aprendizagem (Žižek, 2015). Além disso, as dependências

financeiras entre estados e municípios reforçam a padronização e o alinhamento forçado das redes locais às políticas nacionais (Souza; Cabral Neto, 2017).

Entre as principais consequências desse modelo, destaca-se a intensificação do trabalho docente. As reformas gerencialistas ampliaram responsabilidades, competências e jornadas sem contrapartida proporcional de valorização (Garcia; Anadon, 2009). Mecanismos de controle, padronização curricular e políticas de avaliação em larga escala aumentaram demandas burocráticas e administrativas, reduzindo o tempo destinado ao planejamento pedagógico e ao trabalho coletivo (Oliveira, 2015).

A precarização se expressa na ampliação de turmas e turnos, no acúmulo de cargos e na sobrecarga de trabalho fora da sala de aula. Pesquisas em São Paulo e no Distrito Federal revelam que quase metade dos professores excede as 40 horas semanais, com impactos diretos na saúde física e mental (Leonardo, 2023). A flexibilidade organizacional amplia as tarefas – participação em conselhos, relatórios, eventos, atendimento às famílias etc. – esvaziando o tempo para reflexão e inovação pedagógica (Assunção; Oliveira, 2009; Piovezan; Dal Ri, 2019)).

No plano subjetivo, discursos institucionais estimulam a autointensificação do trabalho, responsabilizando o docente individualmente pelo êxito escolar e promovendo sentimento de culpa e frustração (Garcia; Anadon, 2009). Essa lógica performativa incentiva jornadas voluntariamente prolongadas e reforça a competição interna (Carvalho; Barbalho, 2006). A meritocracia, ancorada em resultados, acentua a individualização, a perda de identidade coletiva e os processos de proletarianização (Apple, 1995).

Experiências internacionais, como em Portugal, demonstram fenômenos semelhantes: sobrecarga, burocratização, doenças ocupacionais e fragmentação pedagógica (Piovezan; Dal Ri, 2019). No Brasil, instrumentos como a Emenda Constitucional 19/1998 e normas sobre acúmulo de cargos consolidaram um quadro endêmico de intensificação (Inforsato, 2011).

Em síntese, a intensificação do exercício docente sob a égide da NGP expressa uma das formas mais contundentes de precarização e degradação do trabalho docente. Ela restringe práticas colaborativas, limita a criatividade e compromete o projeto emancipador da educação (Garcia; Anadon, 2009; Santos, 2012). Enfrentar tais desafios exige políticas que ultrapassem discursos de eficiência e performatividade, reafirmando a valorização do magistério, o debate coletivo e a defesa do direito à educação pública, gratuita e socialmente referenciada.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo utilizou como fonte de dados a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), compilada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para o mapeamento das configurações estatísticas do afastamento docente por doenças relacionadas ao trabalho no estado de Minas Gerais. A RAIS tem por finalidade controlar a atividade trabalhista no país, fornecer dados estatísticos e disponibilizar informações do mercado de trabalho a órgãos governamentais. Todas as pessoas jurídicas de direito privado e entidades da administração direta e indireta, nas três esferas de governo, devem obrigatoriamente declarar suas informações à RAIS, o que permite identificar, em tese, com cobertura praticamente universal, os vínculos de servidores públicos estaduais, incluindo os docentes das escolas da rede pública.

Os microdados foram obtidos no portal do MTE (<ftp://ftp.mtps.gov.br/pdet/microdados/>), com filtragem por municípios mineiros (UF código 31) e por vínculos da administração direta estadual (NAT_JURIDICA código 1023). A identificação dos docentes da educação básica foi feita com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), selecionando-se os 24 códigos correspondentes a professores do ensino fundamental e médio, listados na Tabela 1. Optou-se por restringir a seleção a funções estritamente docentes, excluindo coordenadores pedagógicos, diretores e demais funções de gestão e suporte, de modo a garantir que o grupo analisado compartilhasse condições de trabalho comparáveis, caracterizadas pela atuação direta em sala de aula, pela jornada em regência e pela sujeição às metas de desempenho impostas pela Nova Gestão Pública. A partir dessa seleção, criou-se uma variável dicotômica: valor 1 para vínculos com CBO docente e valor 0 para todos os demais vínculos da NAT_JURIDICA 1023, que constituem o grupo de comparação ("não docentes"). As análises abrangeram o período de 2012 a 2021. Essa delimitação temporal tem justificativa técnica uma vez que os microdados da RAIS anteriores a 2012 não registram a variável "CAUS AFAST" para o estado de Minas Gerais de forma sistemática, o que inviabiliza comparações temporais consistentes para períodos anteriores. O ano de 2022 foi excluído em razão da incompletude da base no momento da coleta.

Tabela 1. CÓDIGOS CBO FILTRADOS NA PESQUISA

Código	Descrição
231205	Professor da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental
231210	Professor de Nível Superior do Ensino Fundamental (Primeira à Quarta

	Série)
231305	Professor de Ciências Exatas e Naturais do Ensino Fundamental
231310	Professor de Educação Artística do Ensino Fundamental
231315	Professor de Educação Física do Ensino Fundamental
231320	Professor de Geografia do Ensino Fundamental
231325	Professor de História do Ensino Fundamental
231330	Professor de Língua Estrangeira Moderna do Ensino Fundamental
231335	Professor de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental
231340	Professor de Matemática do Ensino Fundamental
232105	Professor de Artes no Ensino Médio
232110	Professor de Biologia no Ensino Médio
232115	Professor de Disciplinas Pedagógicas no Ensino Médio
232120	Professor de Educação Física no Ensino Médio
232125	Professor de Filosofia no Ensino Médio
232130	Professor de Física no Ensino Médio
232135	Professor de Geografia no Ensino Médio
232140	Professor de História no Ensino Médio
232145	Professor de Língua e Literatura Brasileira no Ensino Médio
232150	Professor de Língua Estrangeira Moderna no Ensino Médio
232155	Professor de Matemática no Ensino Médio
232160	Professor de Psicologia no Ensino Médio
232165	Professor de Química no Ensino Médio
232170	Professor de Sociologia no Ensino Médio

Fonte: elaborado pelos autores a partir do MTE, 2024.

O afastamento foi tratado como *proxy* de adoecimento ocupacional quando havia registro do código 30 (doença relacionada ao trabalho) em alguma das variáveis "CAUS AFAST". A unidade de análise adotada foi o vínculo empregatício, tendo em vista que servidores com mais de um vínculo ativo podem figurar mais de uma vez na base, e afastamentos múltiplos registrados em um mesmo vínculo ao longo do ano foram contabilizados para o cálculo da reincidência. Realizaram-se análises descritivas dos afastamentos de docentes e não docentes e dos vínculos com múltiplos episódios de afastamento. Também se analisou o desligamento funcional por aposentadoria por invalidez decorrente de doença profissional (código 74 em "CAUSA DESLI"). A média de dias de afastamento foi calculada a partir da variável "QT DIAS AFAS".

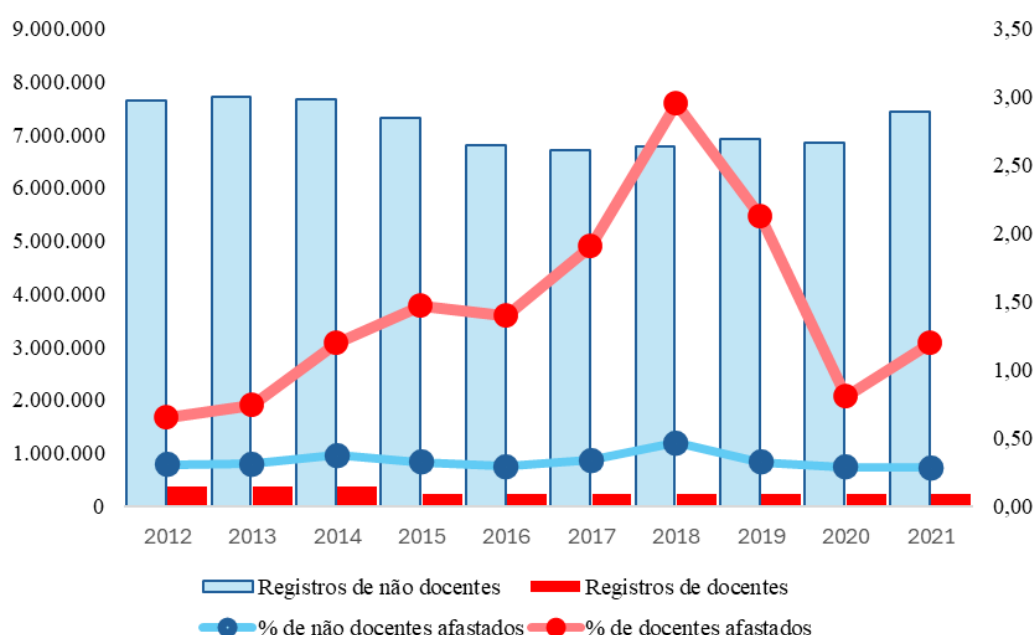
A significância estatística foi avaliada por dois procedimentos complementares. O teste de proporções com *odds ratio* foi utilizado para comparar, entre os grupos, a frequência de afastamentos, variável de natureza dicotômica (afastado/não afastado), permitindo estimar a magnitude relativa do risco entre docentes e não docentes. O teste U de Mann-Whitney foi empregado para comparar a média de dias de afastamento, dada a distribuição assimétrica e

não-normal dessa variável, que viola os pressupostos dos testes paramétricos convencionais (Fávero; Belfiore, 2024).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Figura 1 apresenta a evolução dos afastamentos por doenças relacionadas ao trabalho entre docentes e não docentes do estado de Minas Gerais, evidenciando um padrão consistente de maior vulnerabilidade do magistério ao longo de todo o período analisado. Em todos os anos da série, a proporção de professores afastados supera a dos demais servidores, sendo que apenas em 2012 e 2013 essa diferença não alcança significância estatística, o que indica tratar-se de um fenômeno estrutural e persistente, e não de flutuações pontuais.

Figura 1. AFASTAMENTOS POR DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO EM RELAÇÃO AO REGISTRO DE DOCENTES E NÃO DOCENTES



Fonte: elaboração própria a partir de RAIS/MTE

Entre 2012 e 2018 observa-se um crescimento contínuo na taxa de afastamento docente, enquanto as taxas dos não docentes permanecem relativamente estáveis, em torno de 0,4–0,6%, ampliando progressivamente a distância entre os grupos e sugerindo um processo acumulado de intensificação das condições de trabalho dos professores ao longo da década. Esse movimento é coerente com as reformas gerencialistas em Minas Gerais, como o Acordo de Resultados e políticas de responsabilização baseadas em metas e indicadores, à intensificação do trabalho docente, à ampliação de mecanismos de controle e ao mal-estar profissional, criando um

ambiente propício ao adoecimento físico e mental.

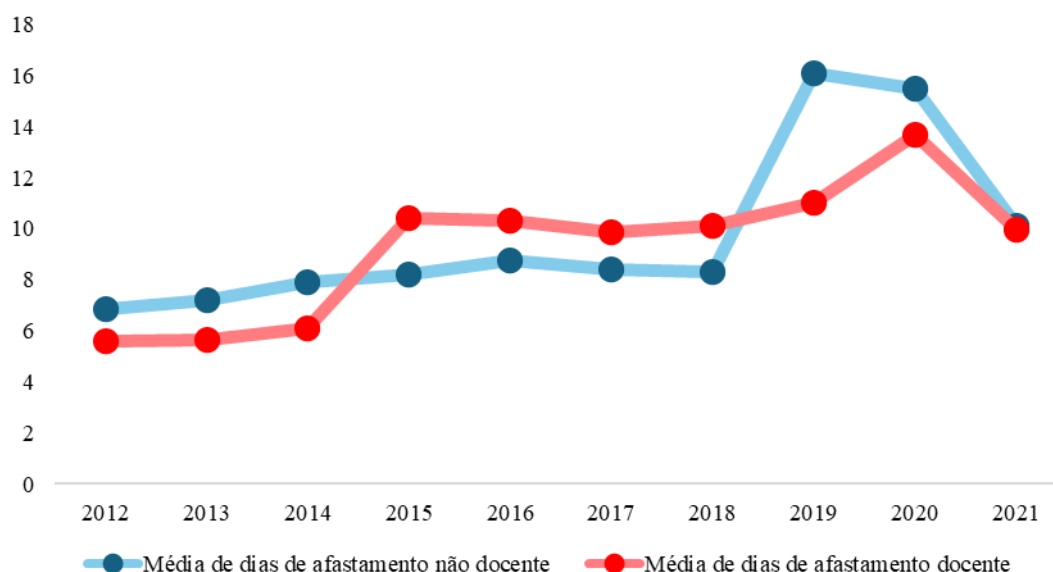
O pico de 2018, quando cerca de 3% dos professores se afastaram ao menos uma vez por doença relacionada ao trabalho, ilustra esse acúmulo de pressão sobre o magistério, em consonância com estudos que descrevem crescimento de sobrecarga, autointensificação e desgaste na docência na Educação Básica (Piovesan; Dal Ri, 2019).

A queda abrupta das taxas docentes em 2019–2020 rompe a tendência anterior e provavelmente reflete efeitos conjunturais, como mudanças administrativas, alterações nos fluxos de notificação e, sobretudo, o contexto da pandemia de covid-19, que reconfigurou atividades presenciais e registros, mais do que uma melhora real das condições de trabalho, hipótese reforçada pela retomada do crescimento em 2021, quando os afastamentos se aproximam novamente dos níveis pré-pandemia.

Assim, a manutenção de taxas sistematicamente mais elevadas entre docentes, a ampliação da distância em relação aos demais servidores e a rápida recomposição após o “vale” pandêmico reforçam a interpretação de que o ambiente de trabalho dos professores da educação básica em Minas Gerais concentra fatores patogênicos que podem estar associados à intensificação do trabalho em contextos de Nova Gestão Pública, tal como discutido por Assunção e Oliveira (2009), Piovesan e Dal Ri (2019) e Pina e Stotz (2014) em outros segmentos e redes educacionais.

A Figura 2 apresenta a evolução da média de dias de afastamento por doenças relacionadas ao trabalho entre docentes e não docentes no período de 2012 a 2021.

Figura 2. MÉDIA DE DIAS DE AFASTAMENTO POR DOENÇAS RELACIONAIS AO TRABALHO ENTRE DOCENTES E NÃO DOCENTES

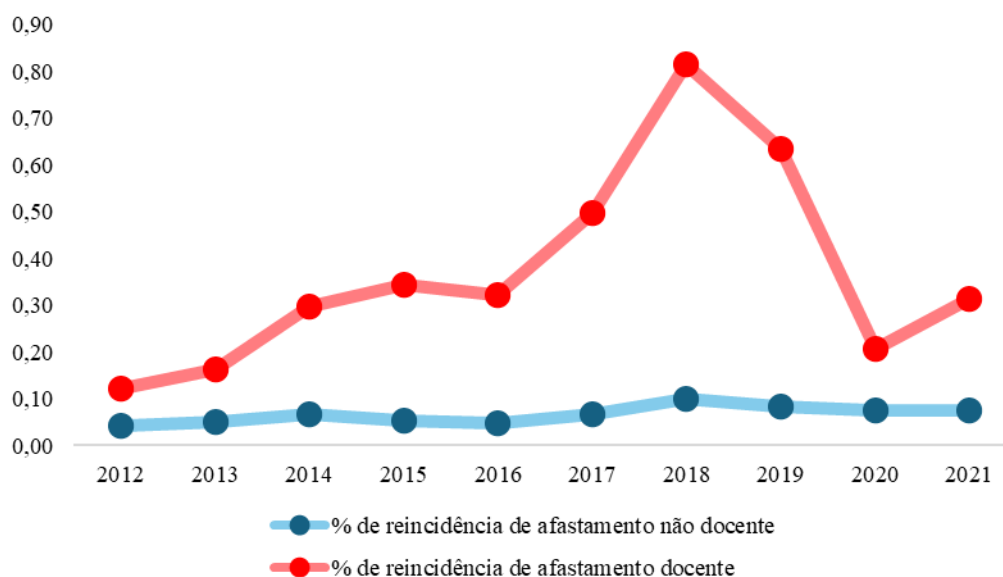


Fonte: elaboração própria a partir de RAIS/MTE

Embora em nenhum ano da série exista significância estatística nas diferenças, é possível estabelecer tendências. Observa-se, por exemplo, que, até 2014, os dois grupos (docentes e servidores não docentes) exibem médias relativamente próximas, com leves oscilações anuais. A partir de 2015, entretanto, ocorre um primeiro salto nas médias, especialmente entre os docentes, que passam de aproximadamente 6 para mais de 10 dias de afastamento. Esse aumento indica uma intensificação inicial na gravidade dos afastamentos, não apenas na sua frequência.

Já a Figura 3 evidencia ainda a reincidência de afastamentos por doenças relacionadas ao trabalho, revelando maior recorrência entre docentes em comparação aos não docentes no Executivo estadual mineiro ao longo de 2012–2021. Entre 2012 e 2014, observa-se crescimento contínuo da reincidência docente, passando de cerca de 0,13% para aproximadamente 0,30%, com estabilização em patamares elevados até 2016 e nova inflexão ascendente a partir de 2017, culminando no pico de 2018, quando supera 0,80%, valor que contrasta com os níveis estáveis e inferiores a 0,12% dos não docentes, indicando processos de adoecimento mais persistentes e cumulativos na docência. Esse padrão reforça a vulnerabilidade estrutural do magistério, compatível com a literatura sobre intensificação do trabalho, que descreve sobrecarga crônica, autointensificação e desgaste prolongado como fatores que dificultam a recuperação plena dos professores.

Figura 3. REINCIDÊNCIA DE AFASTAMENTOS POR DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO ENTRE DOCENTES E NÃO DOCENTES



Fonte: elaboração própria a partir de RAIS/MTE

A queda acentuada em 2019–2020, com recuo para cerca de 0,20% entre docentes, provavelmente reflete efeitos conjunturais da pandemia de covid-19, como suspensão de atividades presenciais, ensino remoto e alterações em fluxos de notificação, e não uma melhora nas condições laborais, hipótese corroborada pela elevação em 2021, que sinaliza retomada da tendência prévia. Tal dinâmica espelha a observada na Figura 1, sugerindo que o adoecimento docente não é episódico, mas recorrente, alinhado às reformas gerencialistas em Minas Gerais (Acordo de Resultados, metas e *accountability*), que ampliam mecanismos de controle e pressão por desempenho, fomentando estresse crônico e reincidências.

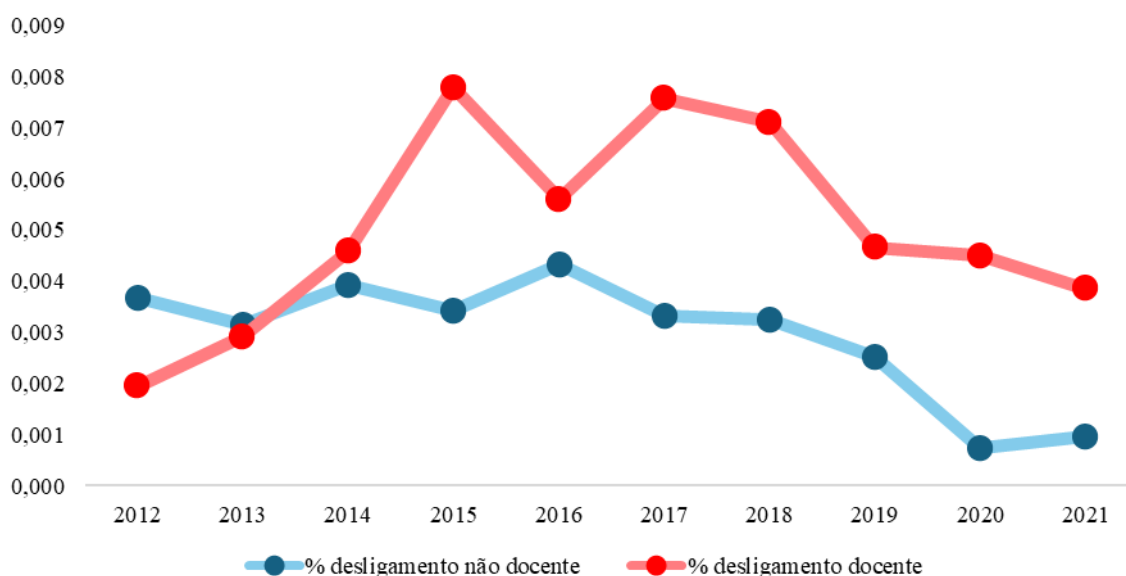
De modo geral, a reincidência sistematicamente superior entre docentes, com significância estatística em todos os anos ($p < 0,05$) e *odds ratio* favoráveis à categoria, aponta para um ambiente de trabalho mais patogênico na educação básica, em que fatores como longas jornadas, burocracia intensificada, violência escolar e responsabilização por resultados numéricos perpetuam ciclos de adoecimento, tal como documentado em estudos sobre precarização docente no Estado de São Paulo e Portugal (Piovesan; Dal Ri, 2019). Essa evidência empírica sugere qualificar o mal-estar profissional como fenômeno cumulativo, demandando políticas que mitiguem a intensificação sob a Nova Gestão Pública.

Consideradas em conjunto nas Figuras 1, 2 e 3, as evidências de maior frequência, reincidência e duração de afastamentos entre professores indicam um quadro de adoecimento cumulativo típico de contextos de intensificação sob a Nova Gestão Pública, em que o trabalho docente se torna, simultaneamente, mais exigente, mais vigiado e menos sustentável do ponto

de vista da saúde.

Todas as nuances que envolvem a profissão docente acabam por aumentar o adoecimento profissional, forçando, de maneira direta ou indireta, o afastamento crescente e, também, o desligamento dos profissionais como é mostrado no gráfico abaixo, com o percentual de desligamentos por motivos relacionados à profissão (Figura 4).

Figura 4. PROPORÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, DECORRENTE DE DOENÇA PROFISSIONAL ENTRE DOCENTES E DEMAIS TRABALHADORES



Fonte: elaboração própria a partir de RAIS/MTE

Novamente, os docentes estaduais apresentam, proporcionalmente, um número de desligamentos maior do que em o conjunto das outras profissões. Esse fato pode estar ligado tanto a questões de saúde vocal como doenças mentais e emocionais (Burnout, Depressão, Transtornos de ansiedade e do pânico), relacionadas com situações de violência e indisciplina, intensificação do trabalho, longas jornadas, ausência de tempo livre etc. Observa-se que, em todos os anos analisados, a taxa entre docentes se mantém consistentemente superior ($p < 0,05$) à dos demais trabalhadores, revelando maior vulnerabilidade desse grupo às condições de trabalho que levam ao adoecimento ocupacional. Piovesan e Dal Ri (2019) trazem a mudança na concepção de professor que ele agora é um ser “multitarefeiro”, ou seja, desempenha várias funções dentro de sua profissão. Dessa forma, percebe-se que as maiores taxas de afastamento, reincidência e aposentadoria por invalidez entre professores não decorrem apenas de fatores individuais, mas de uma combinação de intensificação (mais ritmo, mais controle) e flexibilização (mais tarefas, funções ampliadas) que torna estruturalmente patogênico o ambiente escolar.

Enquanto os trabalhadores não docentes exibem tendência relativamente estável, com leves oscilações e declínio mais acentuado a partir de 2018, o grupo docente apresenta picos importantes, especialmente em 2015 e 2017, seguidos de uma redução gradual, mas ainda em patamar superior ao dos demais profissionais. Essa diferença persistente sugere que a atividade docente está mais exposta a fatores que podem desencadear doenças relacionadas ao trabalho, como sobrecarga laboral, intensificação de tarefas, exigências emocionais e contextos institucionais adversos.

É necessário ressaltar que, nas quatro figuras, coincidem os picos de afastamentos, tempo e aposentadorias durante o governo de Fernando Pimentel (PT, 2015-2019). Embora se esperasse, pela plataforma ideológica do partido (Araújo, 2022), um rompimento com o gerencialismo, nota-se a continuidade da lógica da NGP.

CONCLUSÃO

Este estudo analisou o quantitativo de afastamentos e aposentadorias por doenças relacionadas ao trabalho entre servidores públicos estaduais de Minas Gerais, comparando docentes e não docentes. As análises indicam que o contexto laboral do professor reúne múltiplos fatores potencialmente patogênicos, articulados ao percurso de vida do sujeito, que podem conduzir ao adoecimento. Observa-se maior proporção e reincidência de afastamentos, bem como aposentadorias por invalidez entre docentes em relação aos demais trabalhadores.

Embora o pressuposto teórico considere que sobrecarga, responsabilização por resultados, desvalorização e violência/indisciplina possam explicar tais achados, os dados não permitem estabelecer essa correlação. Isso decorre da ausência de controles comparativos, como séries históricas anteriores à Nova Gestão Pública ou contrastes com outras redes. A primeira limitação está na RAIS, cujos microdados de Minas Gerais anteriores a 2012 não registram a variável “CAUS AFAST”; a segunda, no predomínio das lógicas de mercado mesmo em governos tidos como progressistas, como o de Fernando Pimentel, do PT.

Recomenda-se, portanto, o avanço em estudos qualitativos ou com outros delineamentos que captem os impactos da Nova Gestão Pública na intensificação e no adoecimento docente. A contribuição deste trabalho reside em fornecer evidências empíricas que reforcem o argumento do mal-estar docente (Zaragoza, 1999), mostrando que professores da rede estadual adoecem

mais, por períodos mais longos e com maior reincidência, o que exige políticas públicas voltadas à valorização e à melhoria das condições de trabalho docente.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero na educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ARAÚJO, Eduardo Santos. **As políticas educacionais em Minas Gerais no governo Pimentel (2015-2018): democracia participativa?** 2022. 356 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2022.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000200003>. Acesso em: 15 jun. 2026.

AUGUSTO, Maria Helena. Os últimos dez anos de governo em Minas Gerais: a política de resultados e o trabalho docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1269-1285, out. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000400013>. Acesso em: 19 jun. 2026.

BRAGA, Daniel S.; ARAÚJO, Eduardo S.; OLIVEIRA, Rosimar de F. Permanentemente temporários: reflexões sobre a contratação de professores(as) em Minas Gerais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 42, n. 4, p. 1-25, out./dez. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2024.e97172>. Acesso em: 19 jun. 2026.

CARVALHO, Fernando M.; BARBALHO, Leonardo. Docência e exaustão emocional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 229-253, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000100011>. Acesso em: 19 jun. 2026.

CAVALCANTE, Pedro. **Gestão Pública Contemporânea: do movimento gerencialista ao pós-NPM. Texto para Discussão**, Brasília, v. 2319, ago. 2017.

DUARTE, Alexandre William Barbosa. **Nova gestão pública, gestão escolar e trabalho do diretor: uma análise das políticas educacionais em Minas Gerais e Pernambuco (1990–2014)**. 2019. 223f. Tese (Doutorado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

ENGUITA, Mariano F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia. **Manual de Análise de Dados: Estatística e Machine Learning com Excel[®], SPSS[®], Stata[®], R[®] e Python[®]**. 2. ed. Barueri, SP: GEN LTC, 2024.

GARCIA, Maria M. A.; ANADON, Simone B. Reforma educacional, intensificação e autointensificação do trabalho docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p.

349-366, abr./jun. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000200014>. Acesso em: 19 jun. 2026.

GOUVEIA, Andréa B. **A remuneração condigna do magistério da educação básica no contexto do financiamento da educação**: conceitos, fontes e desafios. 2024. 165 f. Tese (Professor Titular) - UFPR, Curitiba, 2024.

GUIMARÃES, T. C. A.; BORDE, A. M.; BERNADO, E. S. A nova gestão pública: a erosão da gestão democrática da educação. **Revista Educação Básica em Foco**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 1-15, out./dez. 2020. Disponível em: https://educacaobasicaemfoco.net.br/03/Artigos/A_nova_gestao_publica_GUIMARAES-T-C-A_BORDE-A-M_BERNADO-E-S.pdf. Acesso em: 10 dez. 2025.

HADDAD, Sérgio. **Banco Mundial, OMC e FMI**: o impacto nas políticas educacionais. São Paulo, Cortez, 2008.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

INFORSATO, Edson Carmo. As Dificuldades e Dilemas do Professor Iniciante. In: SOARES, Jane Almeida (org.). **Estudos sobre a Profissão Docente**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2011. p. 91-115

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006

JÚNIOR, Aragon Érico Dasso. “NOVA GESTÃO PÚBLICA” (NGP): A teoria de administração pública do estado ultraliberal. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI. 23., 2014, Florianópolis - SC, **Anais [...]**. Florianópolis: CONPEDI/UFSC, 2014. p. 394-420. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/publicacao/ufsc/livro.php?gt=194>. Acesso em: 15 jun. 2026.

LEHER, Robert. Valorização do magistério. In: OLIVEIRA, Dalila A.; DUARTE, Adriana M. C.; VIEIRA, Livia M. F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Disponível em: https://gestrado.net.br/dicionario_verbete/valorizacao-do-magisterio/. Acesso em: 19 jun. 2026.

LEONARDO, Mykaella S. **Trabalho e Adoecimento de professores da Educação Básica da Secretaria de Educação do Distrito Federal**. 2023. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, 2023.

MINAS GERAIS. **Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado**: Gestão para cidadania. 2011-2030. IOF: Belo Horizonte, 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Layout para geração do arquivo de declaração GDRAIS**. Brasília, DF: MTE, PDET, 2024. Disponível em: https://www.rais.gov.br/sitio/rais_ftp/LayoutGenerico1976-2022.pdf. Acesso em: 03 dez. 2025.

OLIVEIRA, Romualdo P.; ARAUJO, Gilda C. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 5-24, jan./fev./mar./abr., 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000100002>. Acesso em: 19 jun. 2026.

OLIVEIRA, Dalila A. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 132, p. 625–646, jul. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015152440>.

OLIVEIRA, Edgard L. **Greve dos trabalhadores da educação da rede estadual de Minas Gerais em 2011**: experiências e sujeitos. 2016. Tese (Doutorado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

PERONI, Vera M. V. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90**. São Paulo: Xamã, 2003. Peroni, 2003.

PIOVESAN, Patrícia R.; DAL RI, Neusa M. Flexibilização e Intensificação do Trabalho Docente no Brasil e em Portugal. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623684860>. Acesso em: 19 jun. 2026.

POCHMANN, Marcio. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n.2, p. 3-16, jun. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000200002>. Acesso em: 19 jun. 2026.

PINA, José Augusto; STOTZ, Eduardo Navarro. Intensificação do trabalho e saúde do trabalhador: uma abordagem teórica. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 39, n. 130, p. 150-160, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0303-7657000071313>. Acesso em: 19 jun. 2026.

REIMBERG, Cristiane O.; SOUZA, Doracy M.; SILVA, Jefferson P.; OLIVEIRA, Juliana A. **Condições de trabalho e saúde dos professores no Brasil**: uma revisão para subsidiar as políticas públicas. São Paulo: Fundacentro, 2022.

SANTOS, Franciele del Vecchio; JORGE, Carlos Henrique M.; AGUIAR, Gracielle A. O mal-estar na docência: condições de trabalho e sua (inter) relação com o adoecimento psíquico **Cadernos da FUCAMP**, Monte Camelo, v. 40, p.119-134, 2025. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3761>. Acesso em: 19 jun. 2026.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e Desgaste Mental**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Andréia Ferreira da. Políticas de *accountability* na educação básica brasileira: um estudo do pagamento de docentes por desempenho. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 509-526, maio/ago. 2016. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol32n22016.59520>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/download/59520/38378>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SOUZA, Allan S.; CABRAL NETO, Antônio. A nova gestão pública em educação: Planejamento estratégico como instrumento de responsabilização. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 621-640, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v11i21.782>. Acesso em: 19 jun. 2026.

ZARAGOZA, José Manuel E. **O mal-estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru, São Paulo. EDUSC, 1999.

ŽIŽEK, Slavoj. **Problema no paraíso**: do fim da história ao fim do capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.